

Bolivarianismo e luta hegemônica no Brasil¹:

O episódio da visita dos senadores.

**Júlio César Pereira de Carvalho e
Mayra Goulart²**

Introdução

Ao longo da última década do século XX, na América Latina, a adesão à proposta neoliberal de redução dos gastos públicos, se traduziu, no despontar do século XXI, em uma conjuntura de grave crise econômica e política. Compartilhada por parcelas da classe média e pelas classes populares, particularmente atingidas pelas consequências deletérias das investidas neoliberais, a rejeição aos discursos de austeridade manifestou-se, contudo, em diferentes graus. Em Venezuela, Bolívia e Equador, ela assumiu um espectro de singular radicalidade, eclodindo sob a forma de uma ativação do Poder Constituinte e assumida como um *proceso de cambio*.

Em outros países, tal insatisfação não adquiriu feições análogas, sendo a ideia de mudança amainada por compromissos com as elites tradicionais, em especial aquelas identificadas com o capital financeiro. Nesses casos, notadamente Brasil e Chile, a reversão de algumas políticas de austeridade e a adoção de programas de transferência de renda foram o resultado de dinâmicas de barganha instauradas no plano da sociedade civil e em suas instâncias de representação, notadamente, o Poder Legislativo.

Não obstante, a vitória eleitoral de partidos de esquerda em vários países sul-americanos³ – sobretudo Argentina (2003), Bolívia (2005), e Equador (2006) – fez surgir

¹ Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) intitulado: Bolivarianismo e luta hegemônica no Brasil: (re)significações do conceito durante o governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2015)

² Respectivamente, graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Doutora em Ciência Política pelo IESP/UERJ e Professora de Teoria Política e Política Internacional da UFRRJ.

a percepção de que o *proceso de cambio* seria exportado para outros países da região. Aos olhos das elites econômicas sul-americanas, isso representava uma possível ameaça aos fluxos de capitais financeiros na região, tendo em vista uma conjuntura política instável e radicalizada, passível de afugentar investidores internacionais.

Nessa conjuntura, em virtude do protagonismo de Hugo Chávez no cenário regional, a revolução bolivariana, por ele capitaneada, insurge como símbolo de um projeto político alternativo e contra-hegemônico, face à tradicional ascendência econômica, política e ideológica dos Estados Unidos na América Latina. Sendo assim, como buscar-se-á demonstrar ao longo da pesquisa aqui delineada, o bolivarianismo passa a ser interpretado como um ideal de ruptura com relação aos interesses das elites nacionais e internacionais —em especial no que se refere às camadas sociais que se identificam ideológica e/ou economicamente com o capital financeiro internacional e com a hegemonia estadunidense na América Latina.

Tal simbologia, contudo, embora presente no processo eleitoral, só passou a ser determinante nos discursos chavistas decorridos os primeiros anos de seu governo, em especial, após o apoio dado pelo governo norte-americano ao golpe, deflagrado na Venezuela em abril de 2002 e às greves ocorridas em 2003. Isto por que, exceto pela condução da política petrolífera⁴, durante os cinco primeiros anos da administração Chávez, não teria havido nenhuma mudança significativa, condizente com a radicalidade discursiva (ainda que difusa) do período eleitoral. “A permanência como ministra da Fazenda, ao início do governo, de Maritza Izaguirre (nesta função desde o período final do man-

³Em 2000, dois anos após a vitória de Hugo Chávez na Venezuela, Ricardo Lagos do Partido Socialista do Chile, foi eleito. Em 2002, foi a vez de Lula, seguido por Néstor Kirchner que se elege presidente da Argentina, em 2003. Um ano depois, Tabaré Vázquez, da Frente Ampla, vence no Uruguai. Em 2005, foi a vez de Evo Morales, do Movimento ao Socialismo. No ano seguinte, o equatoriano Rafael Correa do Pátria Altiva e Soberana, consagrou-se presidente, também derrotando lideranças políticas tradicionais. Por fim, em 2008, no Paraguai, Fernando Lugo, obtém uma inédita vitória sobre o Partido Colorado, no poder por mais de 60 anos.

*

⁴Quanto aos hidrocarbonetos, contudo, a ruptura é inegável. Operada através de uma estratégia dupla, ela visa o aumento do preço do petróleo e do controle da produção, de acordo com as recomendações da OPEP, e à reversão das medidas neoliberais empreendidas ao longo dos segundos mandatos de Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera. Estas tiveram um impacto direto nos primeiros anos do governo Chávez, elevando os preços do barril, entre 1998 e 1999, aos menores níveis dos últimos cinquenta anos e, por conseguinte, a uma queda dramática nas receitas fiscais e a um aumento expressivo no desemprego.

dato de Caldera) foi um sinal claro de que na esfera econômica não aconteceriam mudanças significativas” (LÓPEZ MAYA, 2009, p.304).

Por outro lado, esse arrefecimento surpreendeu aqueles que esperavam uma ruptura com os órgãos financeiros internacionais. Além de não ter declarado moratória e ter pagado pontualmente todas as parcelas referentes à dívida externa, o presidente encontrou-se diversas vezes com investidores internacionais para reassegurar o respeito à segurança jurídica e dar garantias de estabilidade política, evitando uma eventual fuga de capitais⁵.

Ainda assim, a oposição venezuelana ignorou as iniciativas de conciliação do governo e, passado o tumultuado período da constituinte venezuelana, entendido como uma clara vitória do chavismo, iniciou seu contra-ataque. No entanto, tendo em vista a fragorosa derrota dos partidos opositores nas eleições legislativas de 2000, esses optaram por estratégias insurrecionais superiores aos limites da legalidade. Somente após o fracasso nos episódios de 2002 e 2003, a oposição começa a se reorganizar em torno de uma nova estratégia para retirar Chávez do poder, agora estabelecida dentro dos marcos da legalidade. Aproveitando-se dos dispositivos institucionais introduzidos pelos *bolivarianos*, como parte da concepção de democracia *participativa* por eles advogada, é iniciada uma coleta de assinaturas para instaurar um referendo revogatório.

O resultado do referendo representou mais uma vitória do governo, cuja continuidade foi respaldada por 58,25% dos venezuelanos, contra 41% favoráveis a sua destituição. Sendo assim, depois de duas vitórias consecutivas, Chávez inicia um movimento de radicalização do *proceso de cambio* rumo a uma democracia participativa e protagônica. Nesta medida, se a princípio o núcleo normativo do bolivarianismo foi uma ruptura em relação ao modelo de democracia *puntofijista*⁶, agora ressignificada através da

⁵Como explica Lander e Navarrete, a perspectiva de continuidade que marca os primeiros anos da Presidência de Chávez, sobre o perfil econômico herdado do governo anterior, pode ser ilustrada por duas decisões promulgadas com o propósito manifestar aos investidores o compromisso com a abertura e a transparência: a Lei de Promoção e Proteção do Investimento, de outubro de 1999, e a Lei Geral de Telecomunicações, de março de 2000 (LANDER, 2007, p.14).

⁶Em alusão ao ordenamento jurídico-político, estruturado pela Constituição de 1961 e originado no chamado *Pacto de Punto Fijo*, celebrado em 1958 na Quinta PuntoFijo – propriedade do líder copeiano Rafael Caldeira e localizada no bairro caraqueño de Sabana Grande – entre os líderes da AD (Rómulo Betancourt), do Copei (Caldeira) e da União Republicana Democrática (Jóvito Villalba).

ideia de *participação*, o propósito passa a ser estender essa ruptura ao plano econômico, substituindo o modelo capitalista por um novo ideal: o socialismo do século XXI. O conceito, delineado por Heinz Dieterich⁷, sociólogo alemão e professor da Universidade Autônoma do México, foi anunciado por Chávez, durante o Fórum Social Mundial de 2005, como novo norte das transformações na sociedade venezuelana. Propondo superar o fracasso do socialismo real, a ideia contemplaria uma sociedade pós-socialista, na qual os valores não seriam determinados arbitrariamente pelo mercado, mas democraticamente pelos trabalhadores.

Esta radicalização, acompanhada pelo recrudescimento das críticas internacionais ao governo, se eleva à medida que Chávez consolida e aprofunda a revolução bolivariana, que, a partir de 2010, passa a estar associada a uma guinada rumo ao Estado Comunal⁸. É durante esse processo, que o bolivarianismo se torna um antagonista prioritário de parte das elites econômicas sul-americanas, de um modo geral, e brasileira, em particular.

Entretanto, no que diz respeito ao Brasil, objeto desta investigação, o Partido dos Trabalhadores (PT) esforçou-se para afastar tais preocupações, convencendo o “mercado” de que a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva não representaria uma ameaça aos interesses do capital. Com este intuito, em 22 de junho de 2002, a poucos meses da eleição presidencial, é publicada a *Carta ao Povo Brasileiro*. Conforme indicado na passagem abaixo, no documento, o então candidato alude ao mesmo ímpeto de mudança que reverberava por toda a América Latina, porém deixa claro que, caso vitorioso, seu partido não levaria a cabo uma ruptura radical, se comprometendo com a conciliação com as elites dominantes no país.

O Brasil quer mudar (...) Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resulta-

⁷Autor do livro *Der Sozialismus des 21. Jahrhunderts: Wirtschaft, Gesellschaft und Demokratie nach dem globalen Kapitalismus*, publicado em 1996.

⁸A partir de 2010, a expressão *socialismo do século XXI* foi sendo substituída por uma acepção mais ortodoxa de socialismo, atrelada ao modelo comunal, descrito por Karl Marx em *A Guerra Civil na França*.

dos é enorme (...) O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação (Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores⁹)

Ainda assim, conforme a hipótese a ser testada ao longo da pesquisa aqui apresentada sob a feição de um estudo de casos, em inúmeras ocasiões em que o PT ameaçou adotar qualquer posicionamento contraditório aos interesses destas elites, ele foi alvo de críticas por parte da oposição, que enquadravam tais iniciativas como “bolivarianas”. Procedendo desta forma, as lideranças oposicionistas e os grupos sociais com elas identificados, buscavam pontos de convergência entre o governo de Lula e de Chávez com o intuito de desgastar a imagem do PT perante a opinião pública. Nesse contexto, o bolivarianismo teria sido uma ferramenta usada pela oposição ao governo para reprimir ou criticar políticas públicas que se afastam dos interesses do capital financeiro.

É esta hipótese que queremos aplicar ao episódio da visita dos senadores brasileiros à Caracas, apresentando-a como caso exemplar e radical de um fenômeno recorrente ao longo do governo do Partido dos Trabalhadores. Realizada em um contexto de substancial recrudescimento da polarização no Brasil e fragilidade do governo, vulnerabilizado por uma crise política e econômica, a comitiva organizada pelos senadores do PSDB para visitar dois líderes da oposição venezuelana, pouco tem a ver com a relação entre os dois países. Sendo assim, ao longo deste trabalho espera-se demonstrar que o intuito da oposição brasileira é fustigar o governo, através de uma analogia com o boli-

⁹Fundação Perseu Abramo: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>. (acessado em 07/04/2015)

varianismo que, no imaginário de parte dos cidadãos (elites e classes médias) é percebido como um símbolo de corrupção, anacronismo e autoritarismo.

Para isso, o texto será dividido em três seções. Na primeira, discorrer-se-á sobre as duas comitivas lideradas, respectivamente, por senadores da oposição e do governo brasileiro com o propósito de visitar a capital venezuelana. Na segunda e terceira seções, será apresentada a conjuntura atual, marcada por uma elevação no grau de polarização da disputa política no Brasil e na Venezuela, tendo em vista um processo de fragilização de ambos os governos face as suas respectivas oposições. Por fim, salientaremos como esse contexto favorece a mobilização do bolivarianismo como ferramenta empregada na luta hegemônica travada no Brasil.

1. A visita dos senadores à Venezuela

Após a nomeação de Nicolás Maduro à Presidência, em abril de 2013, em meio à habitual contestação dos resultados eleitorais por parte de setores da oposição, uma série de manifestações intensas e violentas eclodiu pelo país. Em fevereiro de 2014, movimentos estudantis motivados, sobretudo, pelos altos índices de violência urbana, foram às ruas reivindicar melhores condições de segurança.

Desde 2008, incentivados pela única grande derrota de Hugo Chávez, em 2007 quando sua proposta de reforma constitucional foi rejeitada mediante referendo, os partidos opositores formaram a Mesa de Unidade Democrática (MUD), responsável por unificar suas estratégias eleitorais que a partir de então deveriam se manter nos marcos da legalidade.

Não obstante, no contexto da onda de manifestações de fevereiro de 2014, um setor opositor dissidente, posteriormente denominado como '*La Salida*', liderado, por Leopoldo Lopez¹⁰ e María Corina Machado¹¹, passou a incitar a população a de-

¹⁰Leopoldo López foi prefeito do município de Chacao, entre 2000 e 2008; fundou, em 2009, o partido opositor Vontade Popular - pertencente à MUD - e pode ser identificado, no interlúdio venezuelano aqui abordado, como um dos principais oponentes ao chavismo no país. Em 2002, quando Hugo Chávez foi subjugado ao golpe de Estado, López foi acusado de estimular os manifestantes a marcharem até o

mandar a retirada de Nicolás Maduro do poder, através de um conjunto de acusações contra o governo. Dentre elas, cabe citar a cooptação dos meios de comunicação; a violação dos princípios da democracia e dos direitos humanos, devido a manutenção de práticas de tortura e sequestro e prisões arbitrárias por parte das forças públicas de segurança que estariam agindo sob motivação política.

Ainda que os anseios daqueles que foram às ruas sejam heterogêneos, o grupo encontrou adesão de grande parte da população, insatisfeita com a condução política e econômica do governo. De forma geral, o que caracteriza esta ala radical da oposição é a disposição de ir além do processo constitucional - que permite a saída do presidente via referendo¹² -, e efetuar sua destituição imediata, utilizando, para tanto, caso necessário, meios violentos de manifestação (GOULART, 2014).

No auge dos protestos de 2014, Leopoldo López teve sua prisão decretada, sendo seguido pelo ex-prefeito de San Cristóbal, Daniel Ceballos¹³, ambos acusados de incitar a violência nas manifestações ocorridas na época. Cerca de um ano depois e sob acusações análogas, o prefeito metropolitano de Caracas, membro do partido Alianza

Palácio de Miraflores (sede da presidência). Em seguida, o opositor, assim como diversos políticos ligados ao setor radical da oposição, assinou o “Decreto Carmona” - fomentado pelo empresário Pedro Carmona, que assumira a presidência do país, nos dois dias de duração do golpe. Tal medida instituiu a dissolução do Congresso, do Supremo Tribunal Federal, assim como outras medidas de exclusão.

¹¹María Corina Machado foi eleita deputada, em setembro de 2010, pelo partido Primeira Justiça. Ocupou este cargo até março de 2014, data em que o governo a destituiu, devido sua participação em reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) como representante suplente do Panamá. Em julho de 2015, Machado foi impedida, pela Controladoria Geral da Venezuela, de exercer qualquer cargo público no período de um ano, acusada de abuso de poder. Cabe lembrar que a ex-deputada, é fundadora da Organização Não Governamental denominada "Súmate", que recebe financiamento e possui estritos vínculos com o governo dos Estados Unidos. Criada após o golpe de 2002 – explicitamente apoiado por Corina Machado mediante assinatura do "Decreto Carmona" – a ONG foi propulsora do referendo revogatório de 2004, no qual Chávez saiu vitorioso (JARDIM, 2006).

¹²Segundo Pedrozo (2014. p.6), “[...] A alternativa constitucionalmente permitida seria o referendo revogatório, pelo qual qualquer funcionário público eleito pode ser destituído de seu cargo após consulta popular. Segundo o artigo 72 da Constituição Bolivariana da Venezuela, qualquer magistratura pode ser revogada com um referendo a partir de duas condições: ter o apoio de 25% do eleitorado e que o mandato a ser colocado em prova já tenha alcançado metade do tempo para o qual foi designado. [...]”. Dessa forma, Nicolás Maduro só poderia ser retirado da presidência a partir de Abril de 2016, uma vez que seu mandato se iniciou em Abril de 2013.

¹³Daniel Ceballos foi deputado pelo Estado de Táchira, entre 2009 e 2012, e eleito prefeito de San Cristóbal em 2013. Líder do partido Vontade Popular, o opositor recebera denúncias propaladas através do Terceiro Tribunal de San Cristóbal, na época das manifestações, que o acusavam de descumprir medida cautelar na qual a prefeitura deveria impedir o fechamento e vias durante as manifestações.

Bravo Pueblo e componente do “La Salida”, Antonio Ledezma, foi detido em 19 de fevereiro de 2015. Seu advogado e atores opositoristas interpretaram a ação como arbitrária, alegando que não havia ordem judicial e nem especificações das acusações para a efetivação da detenção.

Na tentativa de chamar atenção da opinião pública internacional, Leopoldo López iniciou, em 24 de maio, dois dias após Daniel Ceballos, uma greve de fome, reivindicando a libertação de seus companheiros; a convocação de eleições parlamentares – sendo estas fiscalizadas pela OEA e pela União Europeia -; o fim da censura, etc. Outros dez opositores, dentre eles dois dirigentes do partido Vontade Popular – Emilio Baduel e Alexander Tirado -, aderiram, também, ao ato. Um mês depois, devido ao estabelecimento, por parte do governo, da data das eleições legislativas, os opositores findaram a greve.

No tocante às queixas de López acerca da coibição de direitos básicos que sofrera na prisão, seu relato indica que fora submetido ao isolamento por meses, que suas correspondências foram embargadas e que é permanentemente gravado. No tocante às acusações de violação dos direitos humanos, o presidente do Poder Cidadão e Defensor do Povo da Venezuela, Tarek Saab, rebate as acusações afirmando que López se encontrava confinado em uma cela de 12 metros, e que, devido ao uso de aparelho telecomunicador – prática que transgredir o regimento da prisão -, foi transferido para uma cela menor, que contava, contudo, com banheiro privado, cama, aparelho de microondas, televisão por satélite, geladeira, biblioteca, dentre outros quesitos (FERNANDES, 2015).

Neste contexto, uma comitiva de senadores brasileiros, liderada por Aécio Neves (PSDB) e Aluysio Nunes (PSDB), viajou até Caracas a fim de visitar os membros políticos detidos da oposição venezuelana. Também compuseram a delegação os senadores José Agripino (DEM), Cássio Cunha Lima (PSDB), Ronaldo Caiado (DEM), Ricardo Ferraço (PMDB), Sérgio Petecão (PSD) e José Medeiros (PPS). Assim como a greve de fome recém encerrada, o propósito da visita era chamar a atenção da opinião pública internacional para as irregularidades cometidas pelo governo da Venezuela ao efetuar a prisão dos opositoristas sem que houvesse uma condenação definitiva pela Justiça, além das reiteradas alegações de violações aos direitos humanos durante a estada dos políticos na prisão, denunciando também o governo brasileiro por sua suposta complacência perante a situação. Sob a mesma argumentação de omissão, a ONG Human

Rights Watch (HRW), tradicional algoz do governo venezuelano, havia criticado os membros da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) de serem omissos, e que eles deveriam se manifestar a respeito de tais acontecimentos.

Bloqueados por manifestantes chavistas em protesto contra a intervenção estrangeira em uma questão nacional, a delegação brasileira não pôde efetivar seus propósitos e cumprir sua agenda. Ao retornar ao Brasil, Aécio Neves repudiou os supostos ataques aos senadores, atribuindo responsabilidades ao governo brasileiro, por não ter ido em seu socorro, e ao governo venezuelano, que teria demonstrado sua natureza autoritária e antidemocrática ao longo do episódio. O senador Aluysio Nunes alegou, também, que o governo venezuelano não autorizara o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) – utilizado pelos senadores – a efetuar o pouso em Caracas, questão que foi interpretada como uma recusa venezuelana à visita e que, inclusive, impulsionou contraposições, por parte de parlamentares brasileiros, à manutenção da Venezuela no Mercosul. Em nota, a chancelaria venezuelana expressou, contudo, que recebeu a solicitação um dia depois daquele informado por Nunes, e que a resposta positiva foi concedida em duas horas.

Ao escolherem chamar atenção para a situação prisional, os senadores optaram por um tema com o qual possuem afinidade. Conforme revela pesquisa recentemente realizada pelo cientista político e professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Rogério Dultra¹⁴, o PSDB, partido que liderou a comitiva, através de seus governos estaduais em São Paulo e Minas Gerais, operou a maior política de encarceramento da história do país. O atual senador Aécio Neves, contudo, se destaca nesse tocante. Ao longo de seu mandato como governador, a média mineira de aumento da população carcerária foi de 416,67%, mais do triplo da nacional de 137,31%.

Sendo assim, cabe ressaltar o contraste entre o ruído em torno do desrespeito operado pelo governo venezuelano ao devido processo legal durante a prisão de Lopez e Ledezma, e o silêncio perante o fato de que o estado por ele governado ao longo de dois mandatos consecutivos (2003 - 2010) ostentar o maior percentual de presos provisórios do Brasil – sendo que cerca da metade (43,95%), não possui qualquer condenação. São

¹⁴Ver: <http://opasmado.blogspot.com.br/2014/10/o-carcereiro-dos-pobres-gracas-aecio.html>

20.350 pessoas a serem visitadas. Talvez não fosse necessário ir à Caracas para falar sobre prisões arbitrárias.

Na semana seguinte à visita do grupo de senadores à Venezuela, outra delegação, constituída por parlamentares governistas e liderada por Lindberg Farias (PT), visitou a Venezuela. Sob o argumento de verificar a situação institucional do país, essa comitiva - que também contou com a participação de Telmário Mota (PDT), Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Roberto Requião (PMDB) – reuniu-se com Diosdado Cabello, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, com membros da coalizão opositora Mesada Unidade Democrática (MUD) e visitou a sede do partido opositor Vontade Popular. Os parlamentares, em suas reuniões, criticaram a postura da delegação anterior, e ao final do encontro, a senadora Vanessa Grazziotin reassegurou que o Senado brasileiro não tem o propósito de interferir na política doméstica venezuelana.

Ainda que exerça um importante papel de mediador nos conflitos regionais, desestimulando a eclosão de golpes de Estado e rupturas institucionais, o governo brasileiro não parece interessado em intervir na política doméstica de seus vizinhos, ainda mais no contexto atual em que mal consegue fazê-lo em território nacional. No caso da Venezuela, em especial, o Partido dos Trabalhadores por vezes concedeu manifestações de apoio ao ex-presidente Hugo Chávez, reafirmando a legitimidade democrática de seu governo perante às iniciativas insurrecionais da oposição apoiadas pela mídia, pelos Estados Unidos e por outros atores internacionais. Porém, este apoio jamais se desenvolveu sob a forma de uma adesão, por parte do governo, ao bolivarianismo, ainda que alguns setores do PT assim desejassem.

Isto não significa, contudo, que o chavismo não tenha impacto na política interna do Brasil. Sob esta perspectiva, a visita dos senadores brasileiros à Venezuela representa o ponto máximo de um fenômeno observado durante todo o governo do Partido dos Trabalhadores: o uso do bolivarianismo como objeto da luta hegemônica travada no Brasil entre o governo e oposição, mais precisamente, entre os segmentos relativamente progressistas que compõem o primeiro e as elites comprometidas com o capital financeiro internacional alinhadas com a segunda. Embora o papel dos atores progressistas tenha sido definitivamente secundário ao longo dos 13 anos em que o PT esteve na Presidência, nas poucas ocasiões em que o governo ameaçou adotar qualquer posicionamento contraditório aos interesses destas elites, ele foi alvo de críticas por parte da oposição que enquadrava tais iniciativas como “bolivarianas”.

Procedendo desta forma, as lideranças oposicionistas e os grupos sociais com elas identificados, buscavam pontos de convergência entre o governo brasileiro e venezuelano, com o intuito de desgastar a imagem do PT perante a opinião pública. Essa associação, todavia, ultrapassa a temática econômica, uma vez que o bolivarianismo foi sendo construído como uma categoria atrelada a restrições nas liberdades civis e políticas. Nesse processo, os mecanismos de democracia direta, núcleo do conceito de democracia incorporado na Carta bolivariana de 1999, a relação do chavismo com a mídia local e com a oposição, bem como suas investidas não ortodoxas em âmbito econômico, foram os alvos preferenciais dos detratores do regime venezuelano, sendo amplamente utilizados para categorizá-lo como ditatorial.

O caso da visita dos senadores capitaneados por Aécio Neves é exemplar deste tipo de estratégia. Aproveitando um momento de extrema fragilização do governo, discutido na próxima seção, o líder da oposição utilizou o cenário oferecido pelo recrudescimento da polarização política e pela fragilização das instituições representativas venezuelanas para mobilizar uma parcela da opinião pública brasileira, suscetível a analogias pejorativas com o chavismo e a críticas que questionem a adesão do PT a valores democráticos.

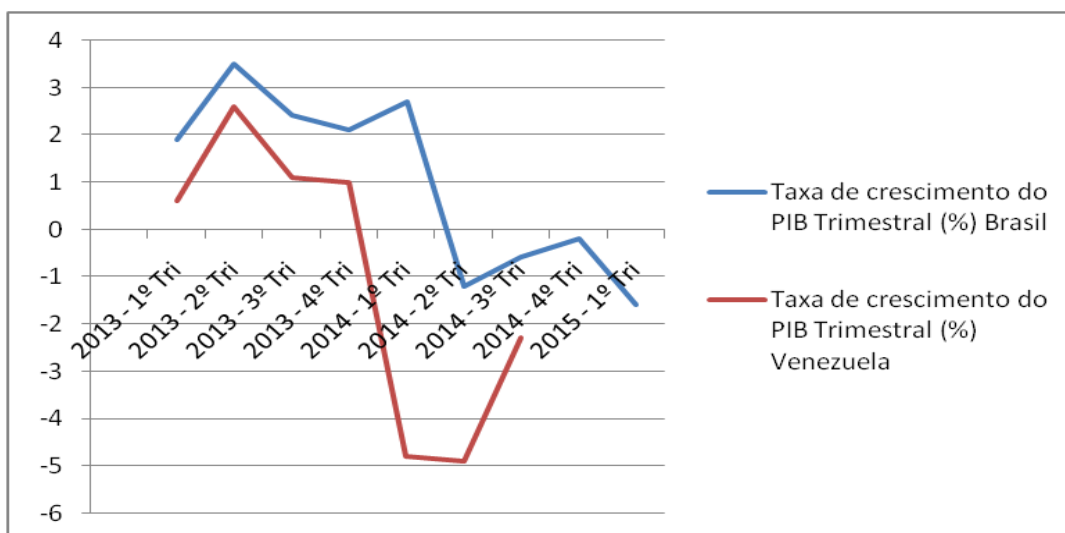
Crise econômica e recrudescimento da polarização:

A visita dos senadores brasileiros ocorreu em um contexto de crise política e econômica na Venezuela e no Brasil. Com a fragilização de seus respectivos governos, em ambos os países se observa um subsequente agravamento da polarização entre governo e oposição. No caso brasileiro, a situação parece ainda mais significativa, uma vez que o dilaceramento do tecido social venezuelano vem sendo observado desde o início do governo de Hugo Chávez, em 1998. No Brasil ele é novidade. Se, desde o fim da ditadura militar, a contenda política se manteve relativamente afastada das dinâmicas sociais cotidianas, agora ela começa frequentar os almoços de família, as confraternizações do escritório e outros espaços nos quais os conflitos costumavam se organizar a partir de outros temas.

Em relação ao recrudescimento da dicotomia política na Venezuela, é importante salientar sua relação com uma grave conjuntura econômica marcada pelo agrava-

mento da escassez de produtos importados em virtude da exponencial perda de valor real do bolívar (ainda que as taxas oficiais se mantenham artificialmente elevadas), pelas taxas negativas de crescimento do PIB (gráfico 1) e pela flutuação das taxas de inflação (gráfico 3).

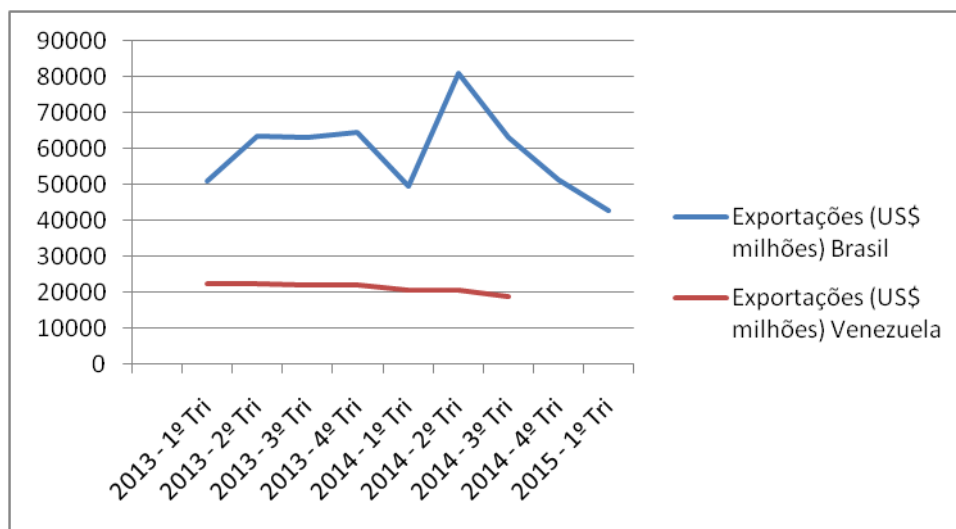
Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB trimestral (%)



Fonte: Trading Economics (elaboração própria).

A conjuntura desfavorável não é uma singularidade do governo chavista, pois, no caso brasileiro, também se observa um momento de progressiva polarização, potencializada por uma dinâmica entre condicionantes políticos e econômicos. No que diz respeito ao contexto internacional, é fundamental ressaltar que – a despeito dos impactos causados pela desaceleração do crescimento chinês e suas consequências para nossa pauta de exportações (gráfico 2) – as razões da crise econômica brasileira devem ser buscadas na esfera política, na qual se observa um recrudescimento da luta hegemônica em face de uma nova investida da oposição. Esta diferença se deve, sobretudo, ao fato de não haver, no Brasil, um fator externo determinante (como a derrubada dos preços do petróleo), tendo em vista a estrutura mais diversificada de nossa economia, que, diferente da venezuelana não é dependente de um só produto.

Gráfico 2 – Exportações (US\$ milhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Trafing Economics (elaboração própria).

Após a última eleição presidencial brasileira, na qual o PT sofreu uma significativa redução no número de votos ao Executivo e ao Legislativo¹⁵, diferentes setores da base aliada, que até então se mantinham com o governo em uma atitude de singela resignação perante as poucas perspectivas de um triunfo da oposição, iniciaram um movimento de ruptura, capitaneado pelo líder do PMDB, Eduardo Cunha, por sua vez, alçado à posição de *major player* da política nacional. Sendo assim, diante do esfacelamento da base aliada a oposição aumentou a virulência de suas investidas, contando, muitas vezes, com o apoio de órgãos públicos de fiscalização, como é o caso da CPI da Petrobrás e, sobretudo, da Operação Lava Jato¹⁶. Este cenário abriu uma janela de oportunidade aos setores ligados ao capital financeiro, que aumentaram suas pressões por

¹⁵No que concerne ao Legislativo, o PT perdeu 18 deputados federais em relação a 2010, além de 1 senador. Já Dilma Rousseff, foi reeleita com 54.501.188 dos votos (51,64% dos válidos), sendo que, na eleição de 2010, ela havia obtido 55.752.092 (56,05% dos votos válidos).

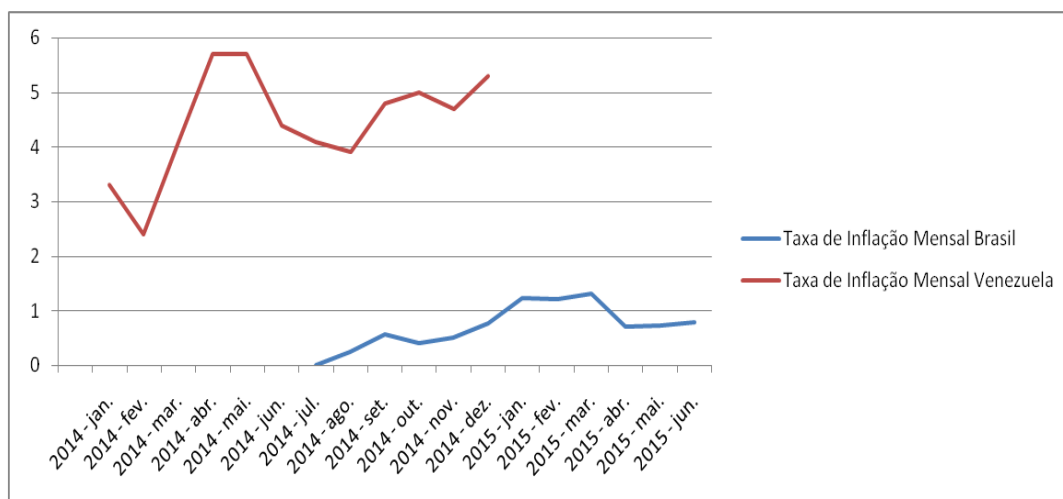
¹⁶Esta é responsável, desde 2009, pela investigação do esquema de corrupção que envolve grandes empreiteiras, operadores financeiros, servidores da Petrobrás e agentes políticos. Até então, já foram efetuadas 120 prisões preventivas ou temporárias e 494 pessoas estão sob investigação, dentre elas, os presidentes da Câmara e do Senado Federal, respectivamente, Eduardo Cunha (PMDB) e Renan Calheiros (PMDB) (OPERAÇÃO MOTTA, 2015).

concessões, levando à indicação de um ministro da Fazenda identificado com tais segmentos.

Os impactos dessas turbulências sobre a economia foram significativos. Em 22 de maio de 2015, sob a justificativa de aumentar a arrecadação para atingir a meta de superávit primário, o governo anunciou um corte orçamentário de mais de R\$69 bilhões. Implicando em contenções nos mais diversos segmentos, a equipe do ministro Joaquim Levy havia proposto redução de R\$80 bilhões. Ademais, em julho deste ano, o Comitê de Política Monetária (COPOM) alterou a taxa básica de juros (Selic) de 13,75% para 14,25% ao ano, fator que aumenta a oneração do Estado por conta da conseqüente elevação das despesas com títulos da dívida pública.

As atuais medidas macroeconômicas brasileiras desestabilizam as relações do PT, não apenas com a oposição, mas também com suas bases sociais tradicionais, atingindo, sobremaneira, a população de baixa renda (SANTANA, 2015). Isto fica evidente ao analisar-se, por exemplo, as significativas reduções orçamentárias, a partir de maio de 2015, aos programas governamentais de cunho social, que incidiram em um corte de R\$25,7 bilhões ao Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) e R\$7 bilhões ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Gráfico 3 – Taxa mensal de inflação (%)

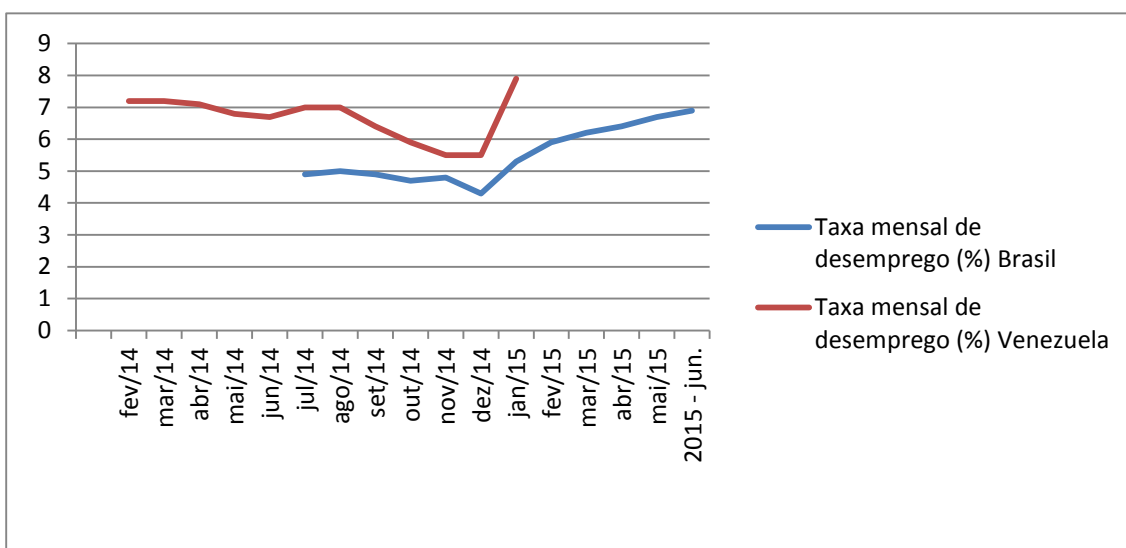


Fonte: Trading Economics (elaboração própria).

Sendo assim, como se pode observar, a fragilidade política do Partido dos Trabalhadores perante segmentos da base aliada e da oposição, identificada com os interesses do capital financeiro, levou o governo a adotar um conjunto de prescrições contrá-

rias aos interesses das camadas populares. O resultado é um ciclo vicioso no qual as medidas adotadas para conter a crise econômica atuam na sua intensificação, conforme ilustrado nos gráficos que apresentam a elevação das taxas de desemprego, que atingiu 6,9% no mês de junho (gráfico 4); as oscilações na taxa de inflação, que chegou a 1,32%, em março (gráfico 3); assim como as taxas negativas de crescimento, que chegou a -1,6% no primeiro trimestre de 2015 (gráfico 1).

Gráfico 4 - Taxa mensal de desemprego (%)



Fonte: Trading Economics (elaboração própria).

Somado a tais disparidades na economia, os escândalos de corrupção da Petrobrás - que já causaram um prejuízo de mais de R\$ 6 bilhões, segundo balanço auditado, realizado no último mês de abril (CAOLI, 2015) – intensificaram as investidas contra a Presidência de Dilma Rousseff, alimentando um conjunto de iniciativas voltadas à sua destituição.

Em 17 de julho deste ano, Eduardo Cunha, acusado de ter recebido propinas na ordem de US\$ 5 milhões, declarou oposição ao governo e decidiu retomar as discussões em relação aos 11 pedidos de impeachment de Dilma que se avolumavam na Câmara dos Deputados. Paralelamente, o ex-aliado contribuiu para a abertura de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), uma referente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e outra relativa aos Fundos de Pensão.

Além dessa questão, a possibilidade de uma nova reprovação do orçamento público de 2014, no Tribunal de Contas da União (TCU), acentua os ânimos dos opositores no intento de deflagrar o afastamento de Dilma (CARVALHO e MARTINS,

2015). Desde junho de 2015, o TCU cobra do governo explicações referentes ao que ficou conhecido como “pedaladas fiscais” – atrasos em repasses do Tesouro Nacional para bancos públicos e autarquias. Esta acusação remete ao adiamento das transferências do governo para o pagamento de benefícios sociais, que teria sido coberto por bancos públicos, caracterizando violação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse ínterim, o vice presidente Michel Temer declarou que, em 2018, o PMDB, que desde 2003 se apresentava como principal partido da base governamental¹⁷, lançará um candidato próprio à Presidência da República, sinalizando que, mesmo não sendo consensual no interior do partido, a ofensiva de Cunha aponta para uma ruptura de paradigma. Pois, até então, os governos do Partido dos Trabalhadores foram marcados pelo intuito de, sem contrariar os interesses das elites tradicionais, devidamente incorporadas na coalizão de governo, adotar na medida do possível um conjunto de políticas públicas distributivas favoráveis aos interesses das camadas populares.

Não obstante, conforme demonstrado ao longo do texto, esse modelo demonstra sinais de esgotamento, uma vez que, empoderadas pelo mau desempenho do PT nas eleições de 2014, tais elites iniciaram um movimento de insubordinação. Percebendo-se ameaçadas pelas transformações moleculares na sociedade brasileira, mediante a inclusão de importantes segmentos ao universo do consumo e do trabalho formal – que permitem não apenas maior visibilidade, mas, também, maior capacidade de organização e ação coletiva – estas elites não se demonstram mais dispostas a permitir qualquer tipo de concessão capaz de pôr em risco sua posição.

¹⁷É pertinente ressaltar que o PMDB é um dos partidos políticos que mais tem representantes no legislativo. O partido lidera a quantidade de cadeiras ocupadas no Senado Federal, preenchendo 17 das 81 vagas. Já na Câmara dos Deputados, o PMDB ocupa, atualmente, o segundo lugar no número de representantes, com 66 Deputados, atrás apenas do PT. Além disso, tanto o líder do Senado Federal – Renan Calheiros – quanto o da Câmara dos Deputados – Eduardo Cunha -, são filiados a tal partido (VEJA, 2014; LIDERANÇAS, [s.d]).

Referências:

ÁLVARES, Débora *et al.* Congresso terá CPI do metrô e da Petrobrás. *O Estado de São Paulo*, Brasília, 08 de mai. de 2014, p.A6.

AYERBE, Luis Fernando. Novos atores políticos e alternativas de governo: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela. IN: AYERBE, Luis Fernando (Org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP. 2008

CAOLI, Cristiane et al. Petrobrás tem 1º prejuízo desde 1991; perda com corrupção é de R\$ 6,2 bilhões. *GI*. São Paulo, 22 de abr. de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/04/petrobras-divulga-balanco-auditado-com-prejuizo-de-r-216-bi-em-2014.html>>. Acesso em 22/07/2015.

CARVALHO, Daniel; MARTINS, Vitor. Acuado por denúncia de delator, Cunha rompe com Dilma e abre CPIs. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 de jul. de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-cira-cpi-do-bndes-apos-romper-com-governo,1727327>>. Acesso em 21/07/2015.

D'AGOSTINO, Rosanne. Entenda as propostas de CPI para investigar negócios da Petrobrás. *GI*, São Paulo, 02 de abr. de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/entenda-propostas-de-cpi-para-investigar-negocios-da-petrobras.html>>. Acesso em: 13/08/2015.

DOMINGUES, Reinaldo Alencar. *A crise venezuelana no contexto regional*. Boletim Mundorama, 05/06/2015. Disponível em: <<http://mundorama.net/2015/06/05/a-crise-venezuelana-no-contexto-regional-por-reinaldo-alencar-domingues/>>. Acesso em: 16/07/2015.

GOULART, Mayra. ¿La Calle es la salida? Uma hipótese sobre o 12F Venezuelano. *Breviário de Filosofia Pública*, 119, 2014. p. 24-36.

EUA estudam medidas para pressionar Venezuela após detenção de opositor. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 de fev. de 2015, p. A10.

FERNANDES, Viviane. “Os que hoje falam em violação de direitos humanos na Venezuela são os que me prenderam no golpe de 2002”. *Brasil de Fato*, São Paulo, 12 de mai. de 2015. Disponível em: <<http://brasildefato.com.br/node/32032>>.

JARDIM, Claudia. Estados Unidos duplicam ajuda a ONGs na Venezuela, diz ativista.

BBC, Caracas, 11 de set. de 2006. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/09/060906_venezuela_jardim.shtml>. Acesso em: 23/08/2015.

LIDERANÇAS parlamentares no Senado Federal. *Senado Federal*, [s.d]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/liderancas.asp>>.

MARTELLO, Alexandro. Para AGU, não houve irregularidade em pedaladas fiscais. *GI*, Brasília, 16 de abr. de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/04/para-agu-nao-houve-irregularidade-em-pedaladas-fiscais.html>>. Acesso em: 12/08/2015.

MOTTA, Severino. Teori divulga lista com 50 investigados pela Operação Lava Jato. *Folha de São Paulo*, Brasília, 06 de mar. de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1599447-teori-divulga-lista-com-54-investigados-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 13/08/2015.

OPERAÇÃO Lava Jato (Folha Explica). *Folha de São Paulo*, [s.d]. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>. Acesso: 13/08/2015.

OPOSITOR se diz vitorioso com anúncio de eleição e encerra protesto na Venezuela. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de jun. de 2015, p. A8.

PEDROZO, Carolina. Crise política na Venezuela: breve reflexão sobre os acontecimentos de Fevereiro de 2014. *Ensaíos IEEI-UNESP*, São Paulo, n. 21, fev. 2014.

PORTUGUÊS, Míriam Oliveira Silva. *Recolhimento compulsório como instrumento macropudencial no Brasil e na Colômbia: algumas evidências empíricas. Dissertação (Mestrado em Economia) - PPGE, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.*

PREFEITOS da oposição se reúnem para definir ações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 de fev. de 2015, p. A10.

ROSA, Vera; FERNANDES, Talita. Para governo, CPI põe economia em risco. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 de jul. de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-governo--cpi-poe-economia-em-risco,1728909>>. Acesso em 21/07/2015.

SALOMÃO, Lucas. Temer diz que PMDB quer ter candidato à Presidência em 2018. *GI*. Brasília, 15 de jul. de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/temer-diz-que-pmdb-quer-ter-candidato-presidencia-em-2018>>. Acesso em 22/07/2015.

SANTANA, Carlos Henrique Vieira. Trade-off eleitoral do PT e o esgotamento do centro político, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/12849777/Trade-off_Eleitoral_do_PT_e_o_Esgotamento_do_Centro_Pol%C3%ADtico>. Acesso em 20/07/2015.

VEJA os deputados federais eleitos por cada estado e como ficam as bancadas. *GI*, Brasília, 08 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/veja-os-deputados-federais-eleitos-por-estado.html>>. Acesso em: 30/07/2015.

VENEZUELA: crise política e econômica. Produção: Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP (IEEI – UNESP) e Acessoria de Comunicação de Imprensa da UNESP (ACI – UNESP). São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.unesp.br/semdiplomacia/debates/2014/6>>. Acesso em 11/06/15.